



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO**

*[Handwritten signature]*

**Ao Vice-Presidente do Governo**

**Aos Membros do Governo**

**Ao Director Regional da Cultura e ao Secretário-Geral da Presidência**

**ORIENTAÇÃO Nº 10 /2010**

**X GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES - 21 de Junho**

**ASSUNTO: Outras medidas de reestruturação e poupança**

No âmbito da execução do Orçamento e do Plano Regional Anual para 2010 determino, de imediato, a adopção - por cada unidade orgânica da administração directa e indirecta da Região (gabinetes dos membros do governo, direcções regionais, institutos públicos e fundos e serviços autónomos) - das seguintes medidas, salvaguardando-se, nos casos atinentes, todos os direitos que usufruem os funcionários da Administração Pública Regional:

- 1 – Não é autorizada a publicação nos órgãos de comunicação social das ofertas de emprego público, devendo ser exclusivamente publicitados através da BEPA conforme determina a legislação em vigor;
- 2 – Depende de autorização prévia do Presidente do Governo a fixação de publicidade em outdoors e os anúncios de mais de um quarto de página em jornais, revistas e outras publicações;



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO**

*Handwritten signature*

- 3 – Deverá ser reduzida, em 2010, em pelo menos 10%, as despesas em publicidade em relação a valor executado em 2009;
- 4 – Só será permitida a frequência no máximo de dois em dois anos, de uma acção de formação por funcionário e dirigente, com excepção do pessoal médico, de enfermagem e pessoal docente, bem como em casos justificados de pessoal especializado no âmbito do SRPCBA;
- 5 – Não será autorizada a participação dos dirigentes e funcionários em acções de formação que se realizem fora da Região ou que impliquem o pagamento de inscrição;
- 6 – Todos os Serviços deverão, até 31 de Julho, apresentar à Vice-Presidência do Governo Regional um plano de abate das viaturas cuja manutenção seja excessivamente onerosa;
- 7 – Deve ser assegurado, no segundo semestre de 2010, através da execução de um plano de redução de horas extraordinárias, uma diminuição de encargos em horas extraordinárias entre 10 a 15%, em relação ao segundo semestre do ano anterior, recorrendo-se sempre que necessário ao desfaseamento dos horários;
- 8 – Devem as tutelas governamentais respectivas, como accionistas, determinar que, quando implicar um aumento de encargos, é proibido aos membros dos conselhos de administração das empresas do sector público empresarial viajarem em classe executiva, exceptuando em viagens de duração superior a 4 horas;
- 9 – Os membros do governo, quando acompanhados, só poderão com eles viajarem, em classe executiva, mais um membro da comitiva. A título absolutamente excepcional, designadamente por motivos de saúde e em deslocações mais longas, poderá ser dada outra autorização pelos membros do governo;
- 10 – Em articulação, os departamentos governamentais envolvidos, operacionalizarão, já a partir de 1 de Julho, uma redução em 5% dos planfonds de gasóleo agrícola a todos os beneficiários deste apoio, até à introdução da coloração do gasóleo agrícola.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO**

Em 2011 as despesas inerentes ao subsídio do gasóleo agrícola e pescas serão processadas pelos orçamentos da SRAF e SSRP respectivamente;

11 – Assegurar no segundo semestre de 2010 uma redução de 5% das despesas em “comunicações”, face à execução no mesmo período de 2009. A DRCTC deverá, até 30 de Setembro de 2010, apresentar ao Presidente do Governo um plano que terá que garantir uma redução de 10% das despesas em comunicações em 2011 em relação ao valor de 2010;

12 - Fica totalmente proibida a aquisição de hardware (equipamento informático) a partir desta data, e até 31 de Dezembro de 2010; a presente norma não se aplica a equipamentos de prestação de cuidados de saúde ou destinados a uso em salas de aula;

13 – A deslocação de e para o serviço, quando na ilha de residência, dos Directores Regionais e Equiparados, não deverá ser feita em viatura oficial;

14 – Todos os serviços deverão estabelecer práticas de poupança energética e enviar à Direcção Regional de Energia um relatório trimestral de demonstração da sua execução;

15 – Não é permitido o recurso a aluguer de viaturas, por parte dos Membros do Governo e Directores Regionais, ou de espaços para a realização de diligências oficiais, em Lisboa, sem a averiguação prévia da disponibilidade de viatura oficial existente à guarda do assessor do PGR, Dr. Duarte Bráz, e das instalações oficiais do Governo Regional naquela cidade; em ambos os casos, a prioridade de utilização é determinada em consonância com a hierarquia orgânica ou por acordo entre os pretendentes à sua utilização;

16 – Sem prejuízo do estabelecido quanto à categoria de alojamento a que cada funcionário ou dirigente tem direito de acordo com a lei, deverá cada unidade orgânica proceder anualmente a uma consulta formal do mercado hoteleiro, de fora da Região, de forma a contratualizar em cada localidade o preço mais baixo aplicável, sendo obrigatório a utilização da unidade hoteleira seleccionada;



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO**

17 – É cativado um valor correspondente a quatro duodécimos da despesa classificada nas rubricas 02:02:11 – “Representação de Serviços”, e 02:01:15 – “Prémios, condecorações e ofertas”, exceptuado no âmbito da Presidência do Governo;

18 – Não podem ser solicitados e contratados Estudos, Pareceres, Consultadorias Externas e Prestação de Serviços a entidades sediadas fora da Região, sem autorização prévia do Presidente do Governo;

19 – Mantêm-se cativo, até ao final do ano de 2010, 5% do total da dotação em “Aquisição de Bens e Serviços Correntes” em todas as unidades orgânicas da Administração Regional;

20 – Fica cativo 5% do total da dotação orçamental por Programa, inscrito como despesas correntes, no âmbito do capítulo 40 (Plano de Investimentos da Região), não podendo nessa cativação se incluir as acções comparticipadas por fundos comunitários.

21 – Não será autorizado em 2011, o processamento de qualquer despesa realizada em anos findos mesmo que tenham cabimentação orçamental.

Incumbe às entidades a quem foi dirigida esta Orientação zelar activamente pelo seu cumprimento.

**O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES**

**CARLOS MANUEL MARTINS DO CÉSAR**